FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e terra, 2002.

KLEINA, Claudio. Metodologia da Pesquisa e do trabalho científico. Curitiba, 2016

MORIN, Edgar. Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2004.

ZABALA, Antoni. A Prática educativa. Rio Grande do Sul: Reimpressão, 2010.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PROFESSOR E ESCOLA CONSTRUINDO NOVAS APRENDIZAGENS

ANTONIO NAVARRO NETO

Resumo:

O objetivo deste artigo é discutir sobre a necessidade de professores e escola estarem preparados para lidar com os alunos que têm necessidades especiais e merecem participar de uma escola que os reconheça como pessoas que também podem participar da vida escolar. Para tanto, as escolas precisam prever recursos e apoio para atender às necessidades destes educandos. Pois a finalidade é desenvolver um trabalho diferenciado na educação inclusiva e o que se deve ser feito para integrar esses alunos. Na fundamentação teórica foram utilizados os estudos de Mantoan (2000, 2003), Mazzota (2005) Declaração de Salamanca (1994) e a Lei de Diretrizes e

Bases da Educação – LDB, entre outros autores. O capítulo 1 aborda a Educação Inclusiva, apresenta um recorte histórico e uma reflexão sobre o que é a inclusão. O capítulo 2 aponta as mudanças necessárias à escola e o capítulo 3 enfatiza o professor na busca de novas aprendizagens importância de uma formação o prepare melhor para o exercício da profissão.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Desafio da inclusão. Novas aprendizagens.

INTRODUÇÃO

Este presente artigo apresenta um recorte histórico da Educação Inclusiva, de que forma a Educação Inclusiva é inserida dentro da escola regular, e se essa escola está preparada para acolher esses alunos com necessidades educacionais especiais. Tem como objetivo discutir sobre a importância de professores e escola 4 conseguirem novas aprendizagens para facilitar a inclusão desses alunos de forma prazerosa. O tema para este trabalho surgiu a partir da experiência de estágio em uma escola pública que recebe vários alunos com necessidades especiais e nos despertou para este estudo. São grandes os desafios da atualidade tanto para professores como para a própria escola, em construir novas aprendizagens para atender a esses alunos. Para fundamentar nosso trabalho foram utilizados os estudos de Mantoan (2000, 2003), Mazzota (2005) Declaração de Salamanca (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, entre outros autores.

A Educação Inclusiva tem sido discutida em uma diversidade de contextos e a escola émelhor local para promover a inclusão social e educacional desses alunos, onde a relação professor-aluno é extremamente importante.

Uma educação de qualidade satisfaz aspectos que dá uma nova dimensão à escola no que equivale não somente na aceitação, como também na valorização das diferenças, resgatando os valores culturais respeito ao aprender e criar para melhor condição do ensino aprendizado.

Segundo a DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994), a história da educação especial começou a ser traçada no século XVI, com médicos e pedagogos que, desafiaram as opiniões vigentes na época, confiaram nas probabilidades de pessoas até então consideradas, que não necessitariam serem inseridos em escolas. Situados no aspecto pedagógico, numa sociedade em que a educação formal era direito de poucos, de longe se pensava na Educação Inclusiva. Esses antecessores desenvolveram seus trabalhos dando importância a temas que levasse a discursão, discursões essas que chegassem a melhor conceito para o ensino dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

No entanto, apesar de alguns poucos conhecimentos inovadores desde o século XVI, o cuidado foi simplesmente primordial, e a institucionalização em asilos e manicômios foi a principal resposta social para tratamento dos considerados antissocial. Foi uma etapa de separação, justificada pela crença de que a pessoa diferente seria mais bem cuidada e protegida se limitada, no espaço separado logo para proteger sociedade dos "anormais".

Há seguir o século XIX com a evolução da Educação Inclusiva aceitaram a institucionalização da escolaridade obrigatória e a inabilidade da escola de responder pela aprendizagem de todos os estudantes com (NEE).

Já, na metade do século XX avançaram no processo educacional lentamente, pois só estudavam em classes de especiais separan-

do-os cada vez mais de uma educação igualitária. Mas isso logo começou a mudar quando em meados dos anos 90 surgiu à inclusão escolar e ofereceu direito a todos com Necessidades Educacionais Especiais ser inseridos na escola regular.

Entretanto, a escola passou por mudança tanto na sua estrutura quanto na equipe pedagógica para inserir o aluno nas classes comuns. Pois nessa concepção de educação inclusiva deu-se norte à prática politica educacional na escola regular.

O fato de Educação Inclusiva ser parte do contexto escolar, não significa que os atores desta situação fiquem ausentes da responsabilidade de trabalhar a inclusão, uma vez que é se necessário estarem preparados para esse desafio de apresentarem e atuarem com metodologias estruturadas e diferenciadas, mas acima de tudo tendo relação entre o educador com o educando no ensino aprendizado.

1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Inclusiva antes conhecida como Necessidades Educativas Especiais (NEE), era um modelo de atendimento escolar especial só para os alunos da elite que buscavam o ensino fora do Brasil em escolas especializadas, visto que os menos favorecidos ficavam sem serem alfabetizados. Nesse período pessoas com necessidades especiais não precisariam estudar, só precisariam de cuidados médicos. Pois os mesmos eram vistos como doentes ou anormais. Mas havia uma necessidade de uma educação de qualidades para todos.

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação. (JANNUZZI, 2004, p. 34)

No século XX, aos poucos, alguns cidadãos começam a dar importância às pessoas de deficiência e surge a nível mundial, movimentos sociais de luta contra a discriminação para defender a sociedade inclusiva. As formas de ensino daquela 6 época acenderam muitas críticas levantando questionamento do ensino aprendizagem que excluía e não incluía.

Enquanto este movimento crescia na América do Norte, ao mesmo tempo, o movimento reconhecia a diversidade e o multiculturalismo como essências humanas começaram a tomar e ganhar força na Europa em decorrência das mudanças geopolíticas ocorridas nos últimos 40 anos do século XX. Uma das consequências deste último movimento foi em 1990, o Congresso de educação para todos em Jamtien na Tailândia que tinha como propósito a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental tornara-se objetivos e compromissos oficiais do poder público perante a comunidade internacional. (STAINBAK e STAINBAK, 1999, p.36).

Assim através de muita luta por parte da sociedade civil, movimentos e protestos políticos que chegaram às discussões se aprofundaram enquanto práticas educacionais, dando importância à inclusão das pessoas com deficiências à escola.

De acordo com Mazzotta (2005), a evolução da Educação Especial no Brasil pode ser subdividida em dois períodos distintos: de 1854 a 1956 (iniciativas oficiais e particulares) e de 1957 a 1993 (iniciativas oficiais de âmbito nacional). Ainda a esse respeito, parece relevante destacar que:

Na primeira metade do século XX, portanto, até 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público, sendo um Federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais. Ainda, catorze estabelecimentos de ensino regular, dos quais um Federal, nove estaduais e quatro particulares, atendiam também alunos com outras deficiências. No mesmo período, três instituições especializadas (uma estadual e duas particulares) no atendimento de deficientes mentais e outras oito (três estaduais e cinco particulares) dedicavam-se à educação de outros deficientes. (MAZZOTA, 2005, p.31)

Com isso houve uma erguida da Educação Especial dando aos alunos com necessidades especiais o acesso a escola. Mas ainda tinha muito a se fazer enquanto para inclusão escolar, o aluno também necessitava de ser incluído em escola regular, apesar dos avanços do momento ainda não satisfatório. Já em meados da segunda metade da década dos anos 90 com a propagação da conhecida Declaração de Salamanca (UNESCO 1994), que crianças e jovens com necessidades especiais devem ter acesso à escola regulares.

Nesta mesma ocasião, no Brasil, não existia nenhum interesse pela educação das "pessoas consideradas idiotas e imbecis, persistindo, deste modo, na era da negligência" (MENDES, 1995; DECHICHI, 2001).

Para MENDES (1995), a educação especial era uma produção teórica referente à deficiência mental esteve restrita aos meios acadêmicos, com escassas ofertas de atendimento educacional para os deficientes mentais.

Sabendo que no começo a Educação Especial se constituiu originalmente como

campo de saber e área de atuação a partir de um modelo médico ou clínico.

Os avanços logo começaram a surgir quando perceberam que no Brasil o índice de

analfabetismo com relação a outros países da América já estava avançado em relação à educação especial. “Nesse período, houve uma grande expansão do ensino primário, caracterizado pela redução do tempo de estudo e multiplicidade dos turnos”. (MENDES, 1995).

Conforme este aspecto, a Educação Especial que por muito tempo apresentou um sistema que separava o ensino de forma que não possibilitava nenhuma escolarização para esse aluno especial. Por isso houve a necessidade política educacional da época do país de criar a melhor forma de atender os alunos com necessidades especiais.

Desse modo, pessoas com deficiência que não eram alfabetizadas ficavam impossibilitadas de ter acesso a bens políticos, culturais e materiais produzidos socialmente. Portanto essa situação mudou através da Educação Especial mostrando que pessoas com deficiências podem e devem ser respeitada socialmente.

Uma educação de qualidade satisfaz aspectos que dá uma nova dimensão à escola no que equivale não somente na aceitação, como também na valorização das diferenças, resgatando os valores culturais respeito ao aprender e criar para melhor condição do ensino aprendizado. A educação inclusiva veio para resgatar direito de igualdade educacional independente de qual classe ou condição social que o aluno possa ter, se faz importante atender a todos sem diferença e descriminação.

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p7).

Neste contexto, essa educação inclusiva vem acontecer de forma que os alunos possam se encontrar dentro de uma perspectiva educacional que corresponda a sua necessidade de acordo com o currículo de aprendizagem com estratégias flexíveis propostos pela sua escola inclusiva para melhor atender suas expectativas no processo educativo. Por essa razão, é evidente que cabe à escola e aos seus profissionais prepararem-se para garantir as condições de desenvolvimento de ensino e aprendizagem deste grupo.

Assim, Educação Inclusiva não pode ser confundida com aquela educação especial do passado que se tratava mais de uma exclusão do que uma inclusão em relação ao ensino aprendizado da época, onde não havia escola regular para os alunos com deficiência e aos transtornos psíquicos.

Entretanto, a pessoa com deficiência deve viver em uma comunidade onde não é tratado como um doente e sim como uma pessoa que dentro de suas limitações, tem capacidade de estudar ou mesmo trabalhar como qualquer pessoa.

Entender que a inclusão não é somente para as pessoas com deficiência, mas, para todas as pessoas que se encontrem em situações desfavorecidas educacionalmente, socialmente e financeiramente (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994). Portanto é preciso fazer com que essa educação seja de forma favorável à sua necessidade, para que ele possa estar adaptado ao ambiente escolar como qualquer outra pessoa, pois educação inclusiva é fazer com que todos sejam iguais.

Na sociedade contemporânea a educação inclusiva tem se mostrado um assunto de muitos debates entre órgãos políticos e educacionais, não vista mais como uma educação para doentes e sim para pessoas com necessidades especiais, onde pode ser incluída no ensino regular, dessa forma pode se exercer a democracia socialmente.

No artigo 58 da Lei nº 9394/96, entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais.

Portanto, a Educação Inclusiva tem o papel de ofertar a todos os alunos com necessidades especiais, escolas públicas garantidas por lei e que sejam bem estruturadas tanto na matéria quanto no físico.

Segundo BRASIL (2001):

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um estudo democrático. Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso continuado, ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. (BRASIL, p.20)

Dessa forma, todos os estudantes com deficiência que faz parte do ensino regular,

na perspectiva de uma educação inclusiva a todos, precisam de um ensino onde a pedagogia realize a melhor forma de desenvolver práticas pedagógicas que envolva este aluno de maneira que ele se sinta incluído nesse contexto.

A educação inclusiva faz que pessoas com necessidades educacionais possam exercer o direito de ser capacitado, através de um ensino que os qualifiquem. Com estratégias adequadas é possível que independentemente de qualquer tipo de necessidade específica alcance êxito educacionalmente.

O ensino aprendizagem, da inclusão só tem a contribuir para a vida desse aluno. Tendo em vista que não há nenhuma outra metodologia de ensinar e aprender fora de um contexto escolar, apesar das diferentes origens socioeconômicas, culturais, religiosas, ou pessoas com diferentes deficiências e necessidades educacionais, precisam ser inseridas em uma inclusão garantida por lei, lei que deve ser inserida no ambiente escolar.

Nesse sentido, o importante é que haja pluralidade, entre todos os que fazem parte da educação inclusiva sejam os educadores, sejam os educandos em fim todos do corpo escolar. Ações de políticas públicas voltadas à formação inicial ou continuada assegura a educação com excelência a todos deste processo educacional.

Os dias atuais mostram que cada vez mais a escola tem que elaborar suas práticas para acolher às diferenças. Essas práticas podem fazer com que o aluno possa se desenvolver melhor no seu aprendizado. O fato, de que a inclusão deve ser vista como um compromisso, inserida nas escolas, só terá resultado quando a transformação escolar vier acontecer através de projetos de desenvolvimento concernente as práticas da inclusão.

2 MUDANÇAS NECESSÁRIAS À ESCOLA

A escola necessita oferta ao aluno independente da sua condição física, psíquica ou financeira uma educação de qualidade.

Segundo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC-SEESP, 1998). O conceito de escola inclusiva sugere em uma escola regular, indicar no projeto político-pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que beneficiem a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendem todos os alunos.

A finalidade da inclusão no sistema educacional na escola regular com pessoas deficientes estabeleceu uma forma diferenciada do ensino aprendizagem. Consequentemente a inclusão depende de modificação de valores da sociedade e a existência de um novo modelo que não se faz com simples sugestões, mas com reflexões dos professores, gestores, pais, alunos e comunidade. No entanto se devem levar em conta as diferenças. Bem como colocar no mesmo espaço, ações tão diferentes e específicas não tão simples assim e muitas vezes, nem a escola especial consegue dar conta desse acolhimento de forma adequada, já que lá se tem demandas diferentes.

Gomes (1999) analisa que “a escola é um espaço sociocultural em que as diferentes presenças se encontram”. Logo permitir esses diferentes aspectos de forma harmoniosa e produtiva na escola, sempre foi um desafio, visto que, consecutivamente se buscou desenvolver um trabalho fundamentado na igualdade.

Por isso, a Educação Inclusiva, diferentemente da Educação Tradicional, na qual todos os alunos necessitavam habituar-se a ela, chega constituindo um novo padrão onde a escola é que necessita se adaptar às necessidades e especificidades do aluno, buscando além de sua permanência na escola, o seu maior desenvolvimento.

Uma escola comum só se torna inclusiva depois que se reestruturou para atender à diversidade do novo alunado em termos de necessidades especiais (não só as decorrentes de deficiência física, mental, visual, auditiva ou múltipla, como também aquelas resultantes de outras condições atípicas), em termos de estilos e habilidades de aprendizagem dos alunos e em todos os outros requisitos do princípio da inclusão, conforme estabelecido no documento, ‘A declaração de Salamanca e o Plano de Ação para Educação de Necessidades Especiais’. (SASSAK, 2004, p.2)

Neste contexto, a escola deve se preparar para enfrentar o desafio de proporcionar uma educação com qualidade a todos os alunos com necessidades educativas especiais. Analisando que, cada aluno numa escola, apresenta suas próprias características, que os tornam únicos e especiais, instituindo uma variedade de valores e ritmos de aprendizagem. Pois trabalhar com essa diversidade na tentativa de construir uma nova opinião da metodologia do ensino aprendizado, excluindo definitivamente o preconceito, de modo que sejam incluídos neste processo de ensino onde todos têm direito dessa inclusão.

Portanto, uma inclusão escolar de verdade é garantir à aprendizagem, criando uma boa rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde para acolher os alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

O ambiente escolar que trabalha inclusão, na perspectiva de uma prática pedagógica coletiva e flexível aos alunos com (NEE) tem o papel promover regras significativa que contribua na formação desde estudante.

Por isso, a ação de inserir Educação Inclusiva na escola regular no meio social com

uma metodologia educacional onde o aluno no cotidiano da escola pública tem que ser amparado no processo de ensino e aprendizagem como sendo de responsabilidade dos todos que fazem parte dessa escola. Pois trabalhar práticas pedagógicas inclusivas faz com quer a aprendizagem, desse aluno seja desenvolvida na importância dos conteúdos curriculares.

As escolas abertas à diversidade são escolas [...] em que todos os alunos se sentem respeitados e reconhecidos nas suas diferenças, ou melhor, são escolas que não são indiferentes às diferenças. Ao nos referirmos a essas escolas, estamos tratando de ambientes educacionais que se caracterizam por um ensino de qualidade, que não exclui não categoriza os alunos em grupos arbitrariamente definidos por perfis de aproveitamento escolar e por avaliações padronizadas e que não admitem a dicotomia entre educação regular e especial. As escolas para todos são escolas inclusivas em que todos os alunos estudam juntos, em salas de ensino regular. Esses ambientes educativos desafiam as possibilidades de aprendizagem de todos os alunos e as estratégias de trabalho pedagógico são adequadas às habilidades e necessidades de todos. (MANTOAN. 2000, p.7-8).

Entretanto, analisar a escola como, um espaço que é frequentado praticamente por todos não pode desconsiderar a sua importância no contexto da inclusão. Logo a escola precisa da condição ao aluno com necessidade educativa especial, para que ele se sinta amparado e acolhido dentro da escola. Assim a escola não está causando discriminação e tradição de uma cultura de exclusão que, além dos danos pessoais e escolares, também forma uma presença individual não coletiva, no contexto escolar, que transcorre os muros da escola e influência na ampliação profissional e social de seus alunos.

O modelo educacional deve partir da escola que age categoricamente, na formação da personalidade de seus alunos.

Entende-se que o acessório oferecido pela Educação Inclusiva não diz respeito ao ensino de conteúdos curriculares da escola comum: alfabetização, matemática, ciências, português, geografia, entre outras. Mas ao ensino de recursos, de linguagem, uso de equipamentos e códigos que sirvam para os alunos enfrentarem obstáculos que suas deficiências atribuem à aprendizagem nas salas de aula das escolas comuns: código Braille, Língua Brasileira de Sinais (Libras), língua portuguesa como segunda língua para surdos e entre outros. A coordenação de salas de recursos multifuncionais se constitui como espaço que promova acesso curricular aos alunos das classes comuns do ensino regular, onde se realizam atividades da parte, diferenciada como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outras complementares à escolarização.

Neste contexto pedagógico se podem excluir barreiras físicas e de comunicação nas escolas. Em uma escola inclusiva, o ensinar e o aprender são processos dinâmicos, onde a aprendizagem não fica restrita a conteúdos e ao espaço físico da escola, ela transcende. Sendo assim, é que a inclusão combate às formas de opressão, injustiças e desigualdades, e estabelece formas de libertação, justiça e solidariedade.

A relação do professor com aluno de Necessidades Educativas Especiais, não é uma tarefa fácil, requer uma amplitude por parte da sua prática pedagógica, para que se possa trabalhar com esse público antes se deve refletir sobre o conceito de uma prática tradicional onde Educação inclusiva não existia. Porém antes do século XX Essas metodologias de ensino que não atendia as necessidades dos educandos com necessidades educativas especiais por várias mudanças até chegar aos dias atuais com novas estratégias de ensino.

Desse modo, a preparação do educando na Educação Inclusiva dentro da escola regular, admitem reverem sua própria formação, as suas referenciais teorias, metodologias, para incentivar expressão ao enfretamento da diversidade social edas diferenças de seus alunos, a buscar uma formação continuada e, acima de tudo uma modificação da cultura pedagógica.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (LDB, 1996)

No entanto, mesmo com a formação pedagógica o professor precisa ampliar seus conhecimentos com técnicas significativas podendo então criar estratégia para que o aluno interaja no contexto passado através da sua metodologia de ensino. Porém é necessária uma integração por parte do educador, com os seus estudantes existindo, melhor aspecto na aprendizagem.

Diante disto, é imprescindível que o pedagogo em nível de licenciatura tenha formação continuada em Educação Inclusiva para melhor atender os alunos.

É importante, contudo, que a formação inicial dos professores trate, com solidez dos aspectos gerais que permeiam a educação especial permitindo que estes, percebam na sua prática de docência as necessidades especiais de seus alunos, assim como compreendam a educação inclusiva a partir de um olhar inclusivo. Contribuindo, com isso, para uma prática que considere as contingências e as possibilidades de melhora no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com (NEE)

tendo em vista que este aspecto é a função principal da docência. (PINHEIRO, 2010, p. 71)

Entende-se, que é prioridade na Educação Inclusiva assegurar uma educação, com professores que busquem aos estudantes (NEE) assegurar uma educação de qualidade, respeitando as diferenças e especialidade de cada pessoa, exercendo assim direto de prender com louvor. Pois só assim a inclusão é exercida como se deve, valorizando a diversidade e considerando a construção característica de cada individuo no seu cotidiano.

Sabendo que o perfil do aluno com necessidades educativas especiais é peculiar a sua necessidade, não que dizer que ele seja diferente, apenas carece de atenção inclusiva por parte do pedagogo que lhe assiste. Logo, esse processo inclusivo requer dos profissionais projetos que apresentem mudanças curriculares, avaliativas e metodológicas na prática do ensino. Fazendo assim com que seu trabalho flua de modo que todos convivam em ambientes compartilhados nos quais, os alunos com NEE têm as mesmas oportunidades, contemplando-se o respeito, à solidariedade, a identificação mútua.

Neste contexto, "Cada escola deve ser uma comunidade, conjuntamente responsável pelo sucesso de cada aluno. É a equipe pedagógica, mais do que o professor individual, que se deve encarregar da educação dos alunos com necessidades educativas especiais." (Artigo 37.º da Declaração de Salamanca, 1994).

O professor de Educação Especial é o responsável de apoiar e realizar planos, incentivando esse aluno a ter maior compreensão e diversidade no ensino-aprendizado. Por isso o olhar investigativo do pedagogo, deverá se dar por uma avaliação complexa, ou seja, que o método avaliativo atenda a cada estudante, individualmente, pois não existe uma única forma ou processo de avaliação da aprendizagem.

A formação do professor em Educação Inclusiva não deixa de ser um desafio, porque a diversas possibilidades de ensinar os alunos com Necessidades Educacionais Especiais no ambiente escolar para promover o conhecimento no ensino aprendizado, se pede um conhecimento diferenciado, para garantir melhores recursos e serviços apropriados a esse aluno.

A Resolução CNE n.º I, de 11.9.2001, no artigo 18, § 2º, estabelece que:

São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (CNE, 2001)

A formação de professores de educação especial deve realizar-se, ainda em licenciatura específica em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente junto com a licenciatura para educação infantil ou ensino fundamental (possivelmente para atuação na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental). Para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, a formação de professores deve ocorrer sob a forma de complementação de estudos ou de pós-graduação, posteriormente à licenciatura em diferentes áreas de conhecimento.

Por isso o professor especializado ele pode garantir um papel importante quando atua de forma colaborativa em sala de aula criando recursos que favoreçam estratégias pedagógicas que dê acesso do aluno no currículo comum, fazendo com que ele interaja em grupo, participe em todos os projetos e atividades no espaço escolar.

Concernente na interdisciplinaridade como uma realidade a ser desejada no currículo pedagógico na formação do professor, é pensar numa proposta altamente coerente com o processo de inclusão escolar, visto que o complexo curricular se engajará na luta pela inclusão a fim de educar professores que possam compreender o paradigma da Inclusão, bem como suas considerações no contexto escolar.

O desafio é construir e por em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum ou válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada (BEYER, 2006, p. 76).

Contudo, a formação do professor neste contexto requer em desenvolver ou criar a melhor forma de condições nas atividades propostas. Logo o professor especializado, deve participar das reuniões técnico-pedagógicas, planejamento, dos conselhos de classe, da elaboração do projeto pedagógicos, desenvolvendo ação conjunta com os demais profissionais da escola para promoção da inclusão escolar.

Nesse sentido, essa formação não se constitui numa tarefa fácil nem nos conhecimentos acadêmicos e escolares vão muito além é preciso ter: motivação luta contra a exclusão, participação e reflexão quanto a prática de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva garante o acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos nas escolas contribuindo para a construção de uma nova cultura de valorização das diferenças. Este artigo destacou em seus tópicos o valor de se rever as práticas pedagógicas e administrativas das escolas para que estas possam tornar-se espaços inclusivos. Entretanto a questão da escola regular, ressaltou-se o papel das políticas públicas como instrumento orientador desses espaços com a participação e comprometimento dos professores na preparação e execução da metodologia utilizada.

Quanto, à Educação Especial, reiteramos que a necessidade desta modalidade de ensino ser parte complementar, do ensino aprendizado, para que seus serviços possam ser implementados nas probabilidades da educação inclusiva, como prevê a Política Nacional da Educação Especial. No entanto a avaliação dos serviços de Educação Especial, entre os quais o Atendimento Educacional Especializado, mostra que igualdade e diferenças podem ter valores que não podem se separarem e com qualidade de acolher a todos nas escolas.

O intuito deste trabalho acadêmico é evidenciar que a inclusão propõe mudanças de padrões, avançando para novas práticas de ensino, competência do pedagogo, enfim, todos que fazem parte dessa educação inclusiva.

Nesse aspecto Mantoan (2003) ressalta:

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja resinificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais (MANTOAN, p.20).

Nesse sentido, entende-se que a inclusão escolar é processo extenso, portanto ainda difícil de ser trabalhado. Contudo essa educação necessita de esforço, dedicação, e vontade, pois mudar o modelo que está posto durante décadas, abolindo as barreiras que impedem nossas ações e quebrando padrões conservadores oposto a Educação Especial.

Por isso, o pedagogo e escola tem que estre de mão dadas na Educação Inclusiva que a cada dia possa se profissionalizar, buscando as melhores condições de ensinar reconhecendo as diferenças no olhar inclusivo. Portanto estar aberto às diferenças e ser capaz projetar e trabalhar para enfrentar os desafios da inclusão escolar criando uma educação de qualidade para todos desse contexto.

O presente trabalho nos fez ampliar a visão sobre educação inclusiva e nos fez refletir sobre o compromisso de continuar nossos estudos a fim de estarmos mais capacitados para contribuir nesse processo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEYER, Hugo Otto (2006). Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: Baptista, C. R. (Org.) Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação. P. 73 -81

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, art.62, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. constituição da república federativa do Brasil. Brasília: imprensa oficial, 1998. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei n.9394, de 23 de dezembro de1996. Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE n.2, de 11 de setembro de 2001.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

DECHICHI, C. Transformando o ambiente da sala de aula em um contexto promotor do desenvolvimento do Aluno deficiente mental. Tese (Doutorado em Psicologia Educacional) pontifícia. Católica de São Paulo, 2001.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas. Coleção Educação Contemporânea.

Autores Associados. 2004.

GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade cultural: Refletindo sobre as diferentes presenças na escola, 1999. Acessível em http://www.mulheresnegras.org

MENDES, E. G. Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade.

Educacional. 1995. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, 1995. 18

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

Análise do documento. Parâmetros Curriculares Nacionais-adaptações curriculares/estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. FE/UNICAMPI: 1988 Incluindo os excluídos da escola. FE/UNICAMP: 2000

Pensando e fazendo educação de qualidade. São Paulo: Moderna, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclu-